

À
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Sr. Wanderson Martins Gomes

ABERTURA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em cumprimento a solicitação contida na **CI SMS SAD 031/20246**, de **18/08/20256**, emitida pelo Ordenador da Despesa, conforme delegação do Decreto Executivo nº 10.052/24 (Art. 72, VIII), determino com base no **art. 74, I, da Lei nº 14.133/21**, a abertura de Processo de Inexigibilidade de Licitação tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE FÓRMULA ALIMENTAR AOC JUNIOR** constante no Termo de Referência anexo para atendimento de demanda judicial.

JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO (art. 72, I)

A aquisição foi justificada no DFD sob a alegação de que a empresa **CMW SAÚDE & TECNOLOGIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.** é representante exclusiva do objeto pretendido, conforme carta de exclusividade e decisão judicial que determina o fornecimento sob pena de multa cominatória diária – Processos nº 002155-07.2016.8.13.0290, que integram o ETP.

ESTIMATIVA DO PREÇO (Art. 72, II e VII)

O preço de aquisição fixado em **R\$120.720,00**, tem compatibilidade com o praticado no mercado conforme conclui o ETP aprovado pelo Ordenador da Despesa.

EXIGIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 72, IV)

Secretaria Municipal de Fazenda é responsável pela informação da dotação orçamentária e sua compatibilidade com LDO e PPA.

DOCUMENTAÇÃO LEGAL (Art. 72, V)

Solicitar do contratado caso não esteja cadastrado, Contrato Social, CNPJ, CND Federal, Estadual e do Município, CND Trabalhista, Declarações de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da CF e Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.

ESCOLHA DO FORNECEDOR (art. 72, VI)

A escolha do fornecedor decorre de sua exclusividade afirmada no DFD e ETP devidamente documentada por Carta de Exclusividade emitida pelo fabricante.

ENQUADRAMENTO LEGAL

Considerando tratar-se de aquisição de materiais que só podem ser fornecidos por empresa ou representante comercial exclusivo, conforme carta de exclusividade anexa ao ETP, penso que a contratação se enquadra na previsão contida no art. 74, I, da Lei 14.133/21.

PUBLICAÇÕES LEGAIS (§ único, art. 72)

Anexar cópia da publicação no Sítio Eletrônico Oficial do Município, em jornal ou certidão certificando a afixação tempestiva do mesmo no quadro de avisos da Prefeitura, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas -PNCP a que se refere o § único art. 72 e art. 94 da Lei 14.133/21.

Vespasiano, 10 de setembro de 2026.



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VESPASIANO

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE
FÓRMULA ALIMENTAR ESPECÍFICA EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de fórmula alimentar específica atualmente comercializada sob a denominação OAC Junior, apresentação em lata de 500 g, destinada ao atendimento da decisão judicial proferida nos autos nº 1.0290.16.002215-5/001, em favor do beneficiário [REDACTED] conforme prescrição e relatório médico atualizados.

1.2. O produto destina-se ao tratamento nutricional de paciente com diagnóstico de acidemia metilmalônica parcialmente responsiva à vitamina B12, conforme documentação médica constante do processo.

1.3. Registra-se que a decisão judicial e a prescrição médica que instruem os autos identificam o produto como OACMED B PLUS.

1.4. Conforme documentação comercial a ser juntada aos autos, o produto anteriormente denominado OACMED B PLUS passou a ser comercializado sob a denominação OAC Junior.

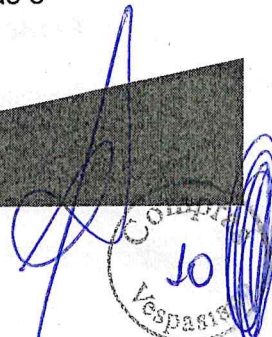
1.5. A utilização da denominação OAC Junior neste Termo de Referência decorre exclusivamente da atualização da denominação comercial do produto, não caracterizando alteração do objeto determinado judicialmente, devendo a correspondência entre as denominações OACMED B PLUS e OAC Junior ser comprovada por documentação idônea do fabricante, representante ou fornecedor.

1.6. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade do beneficiário e mediante emissão de Nota de Autorização de Fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente contratação será realizada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, diante da inviabilidade de competição decorrente da exclusividade do fornecedor, desde que devidamente comprovada nos autos.

2.2. O processo de contratação direta deverá observar o disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à caracterização da necessidade, estimativa da despesa, demonstração da disponibilidade orçamentária, comprovação da habilitação e



qualificação mínima, razão da escolha do contratado, justificativa de preço e autorização da autoridade competente.

2.3. Integram a instrução processual a decisão judicial, a prescrição e/ou relatório médico atualizado, a documentação de exclusividade do fornecedor, a documentação comprobatória da alteração da denominação comercial, a proposta comercial e os demais documentos necessários à contratação.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por finalidade atender à determinação judicial proferida nos autos nº 1.0290.16.002215-5/001, assegurando ao beneficiário a continuidade do tratamento nutricional prescrito.

3.2. Conforme documentação médica, o beneficiário apresenta diagnóstico de acidemia metilmalônica parcialmente responsiva à vitamina B12, condição que demanda acompanhamento médico especializado e tratamento nutricional específico.

3.3. A fórmula alimentar prescrita é identificada na documentação médica como OACMED B PLUS e, conforme documentação comercial, encontra-se atualmente comercializada sob a denominação OAC Junior.

3.4. A alteração da denominação comercial não representa, por si só, substituição do produto prescrito, devendo ser comprovada nos autos a correspondência entre o produto anteriormente denominado OACMED B PLUS e o atualmente denominado OAC Junior.

3.5. A fórmula alimentar é necessária para a manutenção do tratamento e deverá ser utilizada de acordo com orientação do profissional de saúde responsável pelo acompanhamento do paciente.

3.6. A aquisição visa evitar a interrupção do fornecimento do produto determinado judicialmente, contribuindo para a continuidade do tratamento e para a preservação da saúde e do bem-estar do beneficiário.

3.7. A quantidade estimada é de 04 (quatro) latas por mês, totalizando 48 (quarenta e oito) latas para o período de 12 (doze) meses, conforme documentação médica e decisão judicial vigente.

4. DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Quantidade	Unidade	Especificação
01	48	Lata	OAC Junior – lata de 500 g, correspondente ao produto anteriormente denominado OACMED B PLUS, conforme documentação comprobatória constante dos autos

4.1. Características do produto

Produto: OAC Junior

Denominação anterior: OACMED B PLUS

Apresentação: lata de 500 g.

Descrição: fórmula dietoterápica à base de aminoácidos livres, destinada ao tratamento nutricional de pacientes com acidemias orgânicas, conforme prescrição médica e documentação técnica do produto.

Via de administração: oral, conforme orientação profissional.

Sabor: neutro, conforme especificação do produto.

4.2. O produto deverá ser entregue em sua embalagem original, devidamente lacrada, íntegra, identificada com lote, validade, fabricante e demais informações exigidas pela legislação sanitária aplicável.

4.3. Não será aceita a entrega de produto com embalagem violada, danificada, sem identificação adequada ou com prazo de validade incompatível com a utilização prevista.

4.4. As características técnicas e a denominação comercial do produto deverão corresponder àquelas constantes da prescrição médica, decisão judicial e documentação técnica/comercial que instruem o processo.

4.5. A Contratada deverá apresentar documentação que permita identificar a correspondência entre o produto OACMED B PLUS, constante da decisão judicial e da prescrição médica, e o produto atualmente denominado OAC Junior.

4.6. Não será admitida a entrega de produto diverso daquele objeto da contratação sob a justificativa de alteração de denominação comercial, salvo quando devidamente comprovada documentalmente a correspondência entre os produtos.

5. DO QUANTITATIVO E VALOR ESTIMADO

Item	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	48	Lata de 500 g	R\$ 2.515,00	R\$ 120.720,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 120.720,00 (cento e vinte mil, setecentos e vinte reais).

5.1. O valor unitário considerado é de R\$ 2.515,00 (dois mil quinhentos e quinze reais) por lata de 500 g.

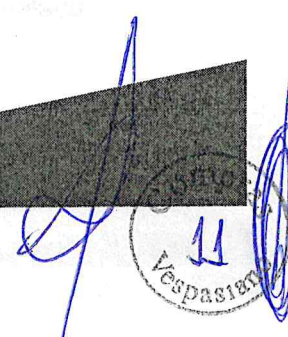
5.2. O valor global estimado corresponde ao fornecimento de 48 (quarenta e oito) latas durante o período de 12 (doze) meses.

5.3. A justificativa do preço deverá integrar o processo de contratação direta, mediante pesquisa de preços e/ou outros parâmetros admitidos pela legislação vigente.

6. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

6.1. A empresa indicada para o fornecimento é:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VESPASIANO
Av. Prefeito Sebastião Fernandes, 479 | Centro
Vespasiano | MG | CEP 33200-322
31 3629-9800 | www.vespasiano.mg.gov.br



CMW SAÚDE & TECNOLOGIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

CNPJ: 07.430.231/0001-84.

6.2. A escolha do fornecedor decorre da comprovação de sua condição de representante, distribuidor ou fornecedor exclusivo do produto objeto da contratação, conforme documentação de exclusividade que deverá integrar os autos.

6.3. Em razão da alteração da denominação comercial, a documentação de exclusividade deverá demonstrar claramente que a exclusividade alegada abrange o produto atualmente denominado **OAC Junior**, correspondente ao produto anteriormente denominado OACMED B PLUS.

6.4. A documentação de exclusividade deverá ser compatível com o produto objeto da contratação e comprovar a inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso I, e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

7. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

7.1. O preço proposto pela empresa é de R\$ 2.515,00 por lata de 500 g, totalizando R\$ 120.720,00 para 48 (quarenta e oito) unidades.

7.2. A Administração deverá instruir os autos com documentos aptos a demonstrar a compatibilidade do preço proposto com os valores praticados pelo fornecedor, observando os parâmetros previstos na legislação aplicável.

7.3. A justificativa de preço constitui requisito da contratação direta e deverá ser submetida à análise do setor responsável pela instrução processual.

8. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada, de acordo com a necessidade do beneficiário e mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

8.2. A Contratada deverá fornecer o produto exatamente conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, da proposta comercial e do instrumento de contratação.

8.3. Os produtos deverão possuir prazo de validade adequado para o consumo e estar em perfeitas condições de conservação.

8.4. O transporte deverá ser realizado em condições adequadas à conservação e integridade do produto, conforme as orientações do fabricante e as normas sanitárias aplicáveis.

8.5. A Contratada deverá comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde qualquer fato que possa comprometer o fornecimento ou ocasionar atraso na entrega.

8.6. A Contratada deverá informar previamente qualquer alteração de apresentação, embalagem ou denominação comercial do produto, acompanhada da documentação técnica ou comercial correspondente.

9. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

9.1. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço:

Serviço de Atenção Domiciliar – SAD

Rua Silvino Santos Cruz, nº 190, Bairro Názea, Vespasiano/MG, CEP 33.200-452.

9.2. As entregas deverão ocorrer em dias úteis, nos horários de 8h às 11h e das 13h30min às 16h, mediante contato prévio com o responsável pelo recebimento.

9.3. O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias úteis; contados da solicitação formal ou da emissão da Nota de Autorização de Fornecimento, conforme estabelecido no instrumento contratual.

9.4. Em razão da natureza do objeto e da necessidade de continuidade do tratamento, eventuais situações que possam ocasionar atraso deverão ser comunicadas imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde.

10. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

10.1. O recebimento dos produtos será realizado por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante conferência da quantidade, especificação, marca, fabricante, lote, validade e integridade das embalagens.

10.2. O produto poderá ser recusado caso esteja em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou apresente qualquer irregularidade que comprometa sua qualidade ou utilização.

10.3. A Contratada deverá substituir, sem qualquer custo adicional para o Município, os produtos recusados.

10.4. O recebimento do produto não exclui a responsabilidade da Contratada quanto à sua qualidade, segurança, procedência e adequação às especificações contratadas.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado pela Tesouraria Municipal, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, após o recebimento e aceite dos produtos, observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual.

11.2. O pagamento ficará condicionado à conferência e ao atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pelo recebimento e fiscalização.

11.3. A Nota Fiscal que apresentar qualquer incorreção será devolvida para correção, iniciando-se a contagem do prazo para pagamento após sua reapresentação regular.

11.4. A Contratada deverá manter, durante a execução da contratação, as condições de habilitação e regularidade exigidas pela legislação.

11.5. Eventual pagamento antecipado somente poderá ocorrer se expressamente justificado e autorizado no processo, observados os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021.

12. DA VIGÊNCIA

12.1. A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

12.2. Eventual prorrogação deverá observar os requisitos e limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disponibilidade e declaração orçamentária constante do processo.

Dotação: _____

Ficha: _____

Fonte de recurso: _____

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

- a) fornecer os produtos nas quantidades e condições estabelecidas;
- b) garantir a qualidade, procedência e integridade dos produtos;
- c) entregar os produtos dentro dos prazos estabelecidos;
- d) observar as normas sanitárias aplicáveis;
- e) realizar o transporte em condições adequadas de conservação;
- f) substituir imediatamente os produtos recusados pela fiscalização;
- g) comunicar previamente qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento;
- h) responsabilizar-se pelos tributos, encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- i) atender às determinações da fiscalização;

- j) responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto;
- k) manter durante a execução contratual as condições de habilitação exigidas;
- l) observar a legislação relativa à proteção de dados pessoais, especialmente quanto aos dados de saúde do beneficiário;
- m) comunicar formalmente qualquer alteração na denominação comercial, apresentação, fabricante ou características do produto, apresentando a documentação comprobatória correspondente;
- n) comprovar, quando solicitado pela Administração, a correspondência entre a denominação OACMED B PLUS e a atual denominação comercial OAC Junior.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- a) fornecer as informações necessárias à execução do objeto;
- b) acompanhar e fiscalizar o fornecimento;
- c) conferir os produtos entregues;
- d) rejeitar produtos que estejam em desacordo com as especificações;
- e) comunicar à Contratada eventuais irregularidades;
- f) efetuar o pagamento devido, observadas as condições estabelecidas;
- g) designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização;
- h) fornecer as autorizações necessárias para o fornecimento;
- i) analisar eventual alteração de denominação comercial ou apresentação do produto, especialmente quando houver repercussão sobre a prescrição médica ou a decisão judicial.

16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

16.1. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

16.2. Compete à fiscalização verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à quantidade, qualidade, especificação, validade, integridade das embalagens e prazo de entrega.



16.3. A fiscalização deverá observar também a correspondência entre o produto entregue e a documentação que fundamentou a contratação, inclusive quanto à alteração da denominação OACMED B PLUS para OAC Junior.

16.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do objeto.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a Contratada, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos eventualmente causados à Administração.

18. DA DOCUMENTAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

18.1. Deverão integrar o processo de contratação direta, conforme aplicável:

I – Documento de Formalização da Demanda;

II – Estudo Técnico Preliminar;

III – Termo de Referência;

IV – decisão judicial nº 1.0290.16.002215-5/001;

V – relatório e prescrição médica atualizados;

VI – proposta comercial;

VII – documentação de habilitação da empresa;

VIII – comprovação de exclusividade;

IX – documentação comprobatória da alteração da denominação comercial de OACMED B PLUS para OAC Junior;

X – justificativa do preço;

XI – demonstração de disponibilidade orçamentária;

XII – parecer jurídico, quando exigível;

XIII – autorização da autoridade competente;

XIV – demais documentos necessários à instrução da contratação direta.

A relação acima está alinhada aos documentos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 para a instrução da contratação direta.

19. DA PROTEÇÃO DE DADOS

19.1. A Contratada deverá observar a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, especialmente quanto ao tratamento de dados pessoais sensíveis relacionados à saúde do beneficiário.

19.2. As informações pessoais e médicas deverão ser utilizadas exclusivamente para as finalidades necessárias à execução da contratação e ao cumprimento da decisão judicial.

20. DA VINCULAÇÃO À DECISÃO JUDICIAL E À PRESCRIÇÃO MÉDICA

20.1. O fornecimento deverá observar integralmente a decisão judicial vigente e a prescrição médica atualizada que fundamentam a contratação.

20.2. A decisão judicial e a prescrição médica constantes dos autos identificam o produto como OACMED B PLUS.

20.3. Para fins de execução da presente contratação, será considerada a atual denominação comercial OAC Junior, desde que esteja documentalmente comprovado que esta corresponde ao produto anteriormente denominado OACMED B PLUS.

20.4. A alteração da denominação comercial não deverá ser interpretada como alteração unilateral do produto determinado judicialmente, mas como atualização de sua identificação comercial, condicionada à comprovação documental da correspondência entre as denominações.

20.5. Caso haja alteração da prescrição médica, da quantidade necessária ou da decisão judicial, a Secretaria Municipal de Saúde deverá avaliar previamente os efeitos sobre o fornecimento e sobre a contratação.

20.6. A continuidade do fornecimento ficará condicionada à existência de determinação judicial e/ou necessidade médica devidamente documentada nos autos, observada a legislação aplicável.

21. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

21.1. A contratação direta por inexigibilidade somente será formalizada após a comprovação da inviabilidade de competição, mediante documentação idônea que demonstre a exclusividade do fornecedor para o objeto pretendido.

21.2. A documentação de exclusividade deverá identificar claramente o produto OAC Junior, sua correspondência com o produto anteriormente denominado OACMED B PLUS, o fabricante e a abrangência da exclusividade alegada.

21.3. A existência de fornecedor exclusivo não dispensa a Administração da demonstração da necessidade da contratação, da compatibilidade do preço e do cumprimento dos demais requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021.

21.4. A documentação de exclusividade deverá ser compatível com a atual denominação comercial do produto, de forma a evitar divergência entre a decisão judicial, a prescrição médica, a proposta comercial e o objeto efetivamente contratado.

22. DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

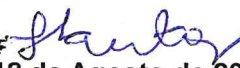
22.1. Considerando a necessidade de atendimento à decisão judicial, a existência de prescrição médica, a necessidade de continuidade do tratamento nutricional e, desde que comprovadas a correspondência entre **OACMED B PLUS** e **OAC Junior**, a exclusividade do fornecedor e a compatibilidade do preço, **considera-se tecnicamente viável a contratação pretendida por inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Os casos omissos serão solucionados de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

23.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, os documentos que instruem o processo de contratação, especialmente a decisão judicial, o relatório médico, a prescrição médica, a proposta comercial, a documentação de exclusividade e a documentação comprobatória da alteração da denominação comercial do produto.

23.3. O presente Termo de Referência deverá ser submetido aos setores competentes para análise, manifestação e prosseguimento da contratação direta.

Larissa Mansur dos S Silva
Coordenadora do SAD
COREN-MG 282.871 EMF 
Vespasiano/MG, 18 de Agosto de 2026.


Marcelo Honório da Silva
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Exec. Nº 10.682/2026

LARISSA MANSUR DOS SANTOS SILVA
Coordenadora do Serviço de Atenção Domiciliar – SAD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VESPASIANO

Comissão de Licitação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 085/2026 – INEXIGIBILIDADE 021/2026 – RATIFICAÇÃO –

Ratifico o processo a empresa CMW SAÚDE & TECNOLOGIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, no valor de R\$ 120.720,00, visando a contratação de empresa especializada para fornecimento da fórmula dietoterápica OAC, em cumprimento a ordem judicial, para um período de 12 meses, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA LIMA,

Secretário de Administração

Publicado por:
Cleonice Dos Santos Costa
Código Identificador:CA1B447B

Publicada em	05/10/2026
Diário	Diário Oficial dos Municípios Mineiros
Edição	4374
Código identificador	CA1B447B

A autenticidade desta matéria pode ser conferida informando o código identificador em
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>